DOI: 10.5418/RA2016.1217.0004

A PRÁTICA ONTOLÓGICA NA VIDA COTIDIANA: SOBRE O PRIMADO RELACIONAL DO VALOR NA PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

THE ONTOLOGICAL PRACTICE IN DAILY LIFE: ABOUT THE RELATIONAL PRIMACY OF VALUE IN THE SOCIAL PRODUCTION OF GEOGRAPHICAL SPACE

LA PRÁCTICA ONTOLÓGICA EN LA VIDA COTIDIANA: ACERCA DE LA PRIMACÍA RELACIONAL DEL VALOR EN LA PRODUCCIÓN SOCIAL DEL ESPACIO GEOGRÁFICO

Bernard Teixeira Coutinho

Graduação em Geografia. Mestrando em Geografia pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Faculdade de Formação de Professores. R. Dr. Francisco Portela, 1470 - Patronato, São Gonçalo - RJ, 24435-005, Brasil
E.mail: plumuarte@hotmail.com

RESUMO

As relações socialmente produzidas entre os sujeitos políticos e a superfície da Terra territorializam-se em diferentes escalas de ação, formando estruturas abertas a superações de si mesmas, confirmando a fundamental presença na prática espacial do binômio totalidade-totalização. O movimento histórico-dialético, o tempo e o espaço compõem arranjos espaciais físicos, ainda que assentados sob a lógica ontológica da imaterialidade. Por intermédio deste processo, o adjetivo "geográfico" do espaço se apresenta desde já como qualificação concreta dos conteúdos relacionais inseridos na lógica das paisagens. Esses mesmos conteúdos são processos que fornecem à realidade situacional da superfície elementos dinâmicos de construção de diferentes/desiguais temporalidades e espacialidades. Neste presente artigo, refletiremos sobre essas relações de modo a compreender o sentido valorativo das relações ou, ainda, as relações entre a produção social do espaço e a prática do valor no espaço ontologicamente constituído na e pela vida cotidiana.

Palavras-chave: vida cotidiana; valor; trabalho; espaço geográfico; ontologia em Geografia.

ABSTRACT

The relations socially produced between the political subjects and the surface of the Earth territorialize in different action scales, forming open structures to exceedances of themselves, confirming the fundamental presence in spatial practice of binomial totality-totalisation. The historical-dialectic movement, the time and the space compose

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

physical spatial arrangements, even seated under the ontological logic of immateriality. Through this process, the adjective "geographical" of space presents itself as concrete qualification of relational content inserted into the landscapes logic. These same contents are processes that provide to situational reality of surface dynamic elements for the construction of differents/unequals temporalities and spatialities. In this article, we will reflect on these relations in order to comprehend the meaning value of relations or, even, the relations between the social production of space and the practice of value in space ontologically constituted in and for daily life.

Keywords: daily life; value; work; geographical space; ontology in Geography.

RESUMEN

Las relaciones socialmente producidas entre los sujetos políticos y la superficie de la Tierra se territorializan en diferentes escalas de acción, formando estructuras abiertas para superar a sí mismos, confirmando la presencia fundamental en la práctica espacial do binomio totalidad-totalización. El movimiento histórico-dialéctico, el tiempo y el espacio constituyen arreglos espaciales físicos, aunque basados bajo la lógica ontológica de la inmaterialidad. A través de este proceso el adjetivo "geográfico" del espacio ya aparece como una cualificación concreta de contenidos relacionales insertado em la lógica de paisajes. Estos mismos contenidos son procesos que proporcionan a la realidad situacional de la superfície elementos dinámicos de la construcción diferentes/desiguales temporalidades y espacialidades. En este artículo, vamos a reflexionar sobre esas relaciones con el fin de comprender el sentido evaluativo de las relaciones o incluso las relaciones entre la producción social del espacio y la práctica del valor en el espacio ontológicamente constituida em y por la vida cotidiana.

Palabras-clave: vida cotidiana; valor; trabajo; espacio geográfico; ontología en Geografía.

INTRODUÇÃO

> A "formação" como tal deve ser entendida em contraposição ao processo. Ela é aparentada com o estado, compartilha com este sua dissolubilidade no processo, mas possui a vantagem da coesão natural e de certa constância. Uma formação é algo que tem delimitação e forma, que se destaca de outra forma que lhe é coordenada, que não se converte sem mais nem menos em outra coisa nem temporal nem espacialmente e que se mostra coerente dentro do fluxo geral do real. Essa última propriedade é a sua consistência; é claro que também esta é limitada, assim como tudo nela é limitado. Mas ela é suficiente para distinguir a formação do mero modo de estar no fluir dos processos (HARTMANN, 1950, p. 442 *apud* LUKÁCS, 2012, p. 146).

Mesmo diante da imperiosa assertiva de Hartmann sobre os processos – que, na esteira das discussões filosóficas acerca da ontologia da natureza, representa um enorme salto qualitativo frente às interpretações filosóficas comungadas com a teologia – é salutar pensarmos geograficamente sobre o seu caráter, sob um olhar bastante particular. E para

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

que isso seja procedido sob o crivo da Geografia, poremos em exposição uma crítica nossa ao que Hartmann denominou "mero modo de estar no fluir dos processos" à luz do caráter dinâmico destes não pretendendo, contudo, fazê-lo restringindo-nos ao autor e à sua ontologia.

Logo de saída, julgamos importante a presença da contradição existente entre o cotidiano e a estrutura do espaço socialmente produzido para vislumbrarmos uma segunda, qual seja, a contradição entre totalidade e totalização. Estes conceitos atravessam um enorme caminho até chegar aos pontos de contato, quando isto é posto como praticável. A natureza dialética é acompanhada por frentes, ora comandada por uma orientação de método que busca entrever a síntese dos problemas concretos colocados, ora conduzida por uma forçosa tentativa metodológica de conhecer o real pelo objeto. Sobre esta última, poderíamos encaminhar uma questão: possíveis roteiros metodológicos nos permitem conhecer a estrutura do real ou metafisicamente a essência do objeto? Em certa medida, a pergunta é uma provocação que procura a lógica de se investigar o real pelo objeto, sendo este um grande desconhecido, não pela ausência de definições, mas, ao contrário, pela apatia diante da necessidade de enunciação. Pensamos, então, o real para entendermos um objeto supradefinido e, ao mesmo tempo, pouco ou nada enunciado?

Para compreendermos a contradição entre cotidiano e estrutura do espaço é necessário ser feito um exercício explicativo sobre os termos envolvidos. Comecemos pelo cotidiano. Numa visão ainda muito preliminar, poder-se-ia dizer que o termo a ser refletido rompe, num certo sentido, com a vaguidade que o significado de homem-em-si possui, pois, ao falarmos de seu conteúdo interpelativo caímos inevitavelmente nos fundamentos de histórias singulares. Elas ganham a forma de vida quando projetadas para além dos limites do ser orgânico, chegando ao seu ponto de partida: o ser social. A singularização da História universal é, desde já, a prática da política humana que se alimenta da construção da identidade (produto do processo histórico-social) e, ademais, propulsão ao delineamento das particularidades. O cotidiano, por assim dizer, estabelece os graus de permanência e imanência do ser social no espaço geográfico.

É pelo cotidiano que a prática da existência inaugura a facticidade – o que revela aquilo que mais de constitutivo há no homem e, por isso, abrange outras esferas para além das estruturas corpóreas do mesmo – do ser social, e este manejo é assegurado por relações entendidas como sendo estruturas dinâmicas da *práxis* do pensamento, abstraindo a vida construindo-a pela historicidade particular e dos/com os outros, como laços fundamentais com a diferença (e a diversidade) pela alteridade e como fundamento ontológico do homem com o meio (é disso que deriva o princípio "geográfico" do espaço).

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

As relações evocadas são condições primordiais ao delineamento de uma conduta existencialmente calcadas nos variados modos de ser-estar-habitar. Isso quer dizer que a co-pertinência (no sentido do pertencimento mútuo entre o ser social e o meio) reserva aos desdobramentos ético-políticos maneiras de intervenção organizacional do onde que se habita. É nesse sentido que o cotidiano se arranja como sentido (valorativo) de relação, o que contribui para o direcionamento histórico-social da vida mundana, pelos homens e pelas mulheres, ora pelo consenso ora pelo dissenso. Na verdade, o próprio projeto do consenso depende do fortalecimento do seu contrário, dissenso, e este, mediado pelo ímpeto da resistência e/ou da construção social de embate.

Pela estrutura do espaço geográfico, essas relações produzem efeitos para além da conformação especulativa, constituindo aquilo que poderíamos chamar sobredeterminação das relações espaciais ou, simplesmente, a produção do primado relacional. É pela superfície terrestre que as relações estabelecem condições materiais de superação do estado de coisas-em-si em direção à produção da significância da espacialidade, isto é, das possíveis modulações do processo de imputar a praticidade do valor.

É nesse movimento que se concentra o sentido do percebimento de-si-pelo-outro no cotidiano, a partir da perpetuação de arranjos espaciais múltiplos sob a orientação de um ordenamento específico. Daí advém o "peso" ontológico das intencionalidades dos sujeitos que, sendo singulares no lugar, incorporam numa concepção sobre o onde que se vive o propósito central e irrefutável do ato político. E não é possível pensar nessa estrutura fixa e fluida ao mesmo tempo sem, antes, compreender que para estar é necessário ser por um sentido que se congrega na identidade pela diferença, tanto entre os lugares (movimento ainda relativo e não propriamente relacional) quanto entre os sujeitos pela diversidade. No lugar, o cotidiano se arruma e por ele o movimento à totalidade apresenta as maneiras possíveis de concreção das particularidades.

Discutiremos, ao longo do texto, as possíveis tensões que essas ideias podem apresentar ao serem defrontadas e faremos isto tendo como ponto de partida a necessidade de investirmos numa pesquisa mais detida sobre o valor na constituição do espaço, a partir de relações que nele se estabelecem. Alertamos, de antemão, que este é um esforço bastante modesto que somente principia uma tentativa de buscar saídas ao debate acerca da ontologia em Geografia e não pretende senão apresentar os termos de um debate assumidamente rico à produção do conhecimento geográfico.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

HABITAR PARA VIVER, (CON)VIVER PARA PRODUZIR

O surgimento de diferentes grupos humanos no mundo atribui uma necessidade orgânica de produzir aquilo que garante as condições de existência. A natureza não aparece ao homem como pré-condição já determinada por um pretenso alicerce mecânico, ao contrário, ela aparece ao homem como algo indispensável à sobrevivência de todo projeto ontológico. Isso quer dizer que estar no mundo é ser-em (e ser-com-algo), como adverte Heidegger (2009). Lançar-se à natureza é aderir-se à vida por prévias seletividades, ainda que estas sejam somente afetivas e não propriamente resultado de um processo de escolha por uma ação em nome de uma renúncia. O homem, então, habita antes mesmo de ser habitante e vive, mediante isto, numa situação. Em outras palavras, o ser que é estando localiza-se situando num dado recorte da superfície.

O espaço pela estrutura reproduz a arena do cotidiano, mas, antes, é produzido a partir das condições oferecidas pelos usos que o homem, por intermédio de sua corporeidade, faz da natureza para solucionar os desafios de suas necessidades. Moreira sintetiza bem essa ideia, afirmando que "(...) são as necessidades do corpo que lembram ao homem sua condição natural e é o uso do corpo em sua relação com a natureza que dá conta de resolver essas necessidades" (2010, p. 135). No que o homem estrategicamente habita o meio por uma seletividade, cria concomitantemente condições que garantam a ele a sobrevivência e, em seguida, a composição de relações sociais e íntimas com o meio. A geograficidade – ou o "ser do espaço" (MOREIRA, 2007) –, daí, resulta das forças de transformação de uma natureza que ao longo de tempos distintos vai se ajustando aos modos de se viver produzindo uma *sobrenatureza* (ORTEGA Y GASSET, 2009).

Poder-se-ia dizer, desse modo, que residir como ser habitante ou morador é um momento ulterior condicionado pelo ato de ambientar-se e pela seletividade do meio. Por isso, morar é, antes, a realização do de-morar-se no mundo, porque atravessado pelo habitar. Como bem expõe Heidegger, "habitar é bem mais demorar-se junto às coisas" (1950, p. 4), ou seja, é o compromisso ontológico do homem de se relacionar com as coisas-do-mundo (e, também, com os objetos e os modos técnicos de produção desses a partir da instrumentalidade e manualidade). O homem numa aproximação com a técnica, reorganiza os arranjos presentes na natureza para, antes de edificar morada e residir em algum lugar, resistir a um conjunto de forças alheias de seu pertencimento ao lugar.

Reconhecer aquilo que está ao nosso redor é apegar-se às coisas que estão à disposição para sermos e estarmos, de modo que habitar já é, então, a maneira pela qual o homem se habitua com o meio e este apresenta ao primeiro o *habitus* da facticidade. Este reconhecimento serve de sintetizador de toda a diversidade dis-posta no mundo. Todos

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

os *entes intramundanos* – termo advindo da fenomenologia pensada por Heidegger (2009) para expressar a presença de todos os entes no mundo-do-homem – que estão à mão se distribuem de tal maneira que, arranjados na diversidade, evocam certa unidade pela prática da vida, experenciando-a no cotidiano. Cuidadosamente, diz-nos Moreira que...

> À medida, entretanto, que experimentamos esta pluralidade no seu convívio mais íntimo, vem-nos a noção de que junto com a diversidade há a unidade. Uma interligação invisível entre as diferentes coisas faz que a diversidade acabe contraditoriamente se fundindo na unidade única de um só todo (2007, p. 63).

Quem faz o exercício da síntese é o homem, pois, em sua relação de convívio com a diferença se aproxima, cada vez mais, ao interior da coabitação. Coabitar é viver preservando, na diversidade, a ontologia das relações histórico-sociais que o homem estabelece ao longo do mundo olhando as localizações, as distribuições destas distribuindo-se por extensões ao longo da superfície terrestre (MOREIRA, 2007) e se permitindo perceber as diferenças entre paisagens, recombinando modos de vida, e traçando direções sígnicas que o permitam produzir-se nessa unidade. Coabitar pode ser definido como um conjunto de singularidades que no lugar produzem seu próprio ponto de partida no caminhar da existência, atribuindo na ação a intensidade-intencionalidade da noção de valor. Pode-se, em suma, dizer que a coabitação "é a origem e a qualificação do espaço" (idem, p. 63).

Se pela coabitação a diversidade se reúne na síntese que o homem faz do real e produz a ambientalidade, por esta última, na relação, o espaço é produzido (MOREIRA, 2007). Não existe reconhecimento do outro-diverso e das formas espaciais sem haver uma prática de experienciação por juízos de comparação ou, ainda, por uma analítica proposital da comparação.

Na ação comparativa, uma nova ética é proposta ao diferente e, logo, à diversidade inerente às relações do homem com os seus desiguais. O olhar sempre fabrica uma representação, tanto do espaço quanto do outro-diverso. Compreendemos a comparação, em concordância com Cabral (2006), como satisfação do desejo de se entender a diferença. Neste processo, o comparante impõe ao comparado o estatuto da diferença pela instauração de sua identidade. Identificar-se não é negar o outro-diverso, mas atribuir a si mesmo elementos particulares que a diferença não fornece por si só, mas oferece as condições de construção da identidade pela contradição entre os contrários. Diz-nos Muniz Sodré que, "na verdade, os homens não são iguais, nem desiguais. Os homens, seres desiguais, coexistem em sua diversidade" (CABRAL, 2006, p. 11).

As contradições presentes na unidade espacial – como localização/distribuição, diversidade/unidade e identidade/diferença – concebem o espaço como "a coabitação dos contrários" (MOREIRA, 2007, p. 63). Sem entrarmos nos pormenores dessas relações

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

conflituosas, apontamos somente o papel seminal do trabalho. Lukács, em um dos momentos de crítica à Hartmann, apregoa que...

> Justamente o trabalho constitui a atividade do ser humano na qual um fim efetivamente posto contribui para a efetiva transformação da realidade. O trabalho é inclusive a atividade humana pela qual algo fundamentalmente novo, realmente novo, pela primeira vez ingressa na realidade (LUKÁCS, 2012, p. 153-154).

Pelo trabalho, o ser social adquire força para perceber e agir politicamente nas contradições inerentes ao espaço. Por ele, o homem, ao ambientar-se com a natureza trazida para si (MOREIRA, 2007), vislumbra os possíveis meios de compreender os conflitos existentes, o lugar que o circunda para, logo, conquistar a todo momento condições de suprir suas necessidades e de instaurar o seu projeto ontológico. Podemos afirmar, assim, que espaço e valor são processos indissociáveis que facilita a legitimação de modelos ético-políticos – a partir de um longo processo de territorialização –, mas que também permitem, na dialética, enfraquecer a fronteira que as separa, transformando-se em ideologia.

Sem pretendermos generalizar e universalizar um conceito e/ou reduzir sua forte presença na realidade, de outro modo, dizemos: a ideologia é a segurança da perpetuação da força, pois, sem ela, as intencionalidades seriam apenas tentativas vazias de opor-se a outrem pelo discurso do dissenso. Por isso, ideologicamente os discursos são um fenômeno como momento do empírico que integralmente se perfazem na concreção do conceito (ideologia) a partir do arranjo representacional pela qualidade da abstração. Ademais, são territorializados nas formas espaciais pela fluidez das relações; são, por isso, um *concreto pensado* (KOSIK, 1976).

As contradições presentes no espaço geográfico oferecem ao pensamento a sua essência que, por sua vez, não aparece como uma espécie de "fenomenalidade primeira", ou seja, não se mostra no olhar imeditado. Para conhecê-la é preciso voltar abstrativamente às possibilidades teóricas da reflexão para, então, orientar-se pela mediaticidade da observação. O real aparente é o ponto de partida ao olhar sobre a essência das contradições, ao passo em que o real concreto (pensado) é o retorno complexo do pensamento. Importa-nos aqui uma indagação. Se as contradições guardam para si uma essência própria, por onde o homem então pode conhecê-la: pela estrutura do espaço geográfico ou pelo lugar? É com esta questão que caminharemos a partir de agora.

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

A ARENA DE REALIZAÇÃO DO COTIDIANO COMO O LUGAR DAS RELAÇÕES

Deixamos uma questão em aberto. É bem provável que o texto termine sem que haja uma resolução à mesma. Nossa tarefa não é respondê-la, mas, sim, entendê-la. Para fazê-lo, poderíamos iniciar com uma reflexão sobre a seguinte sentença: a existência é, além de outras coisas, a esfera do movimento do cotidiano, da *espacialidade do valor relacional* (SILVA, 2000). Num primeiro momento, o que mais nos chama atenção é a combinação existente entre o cotidiano e o movimento histórico-social adensado nas relações ou no *valor relacional*. Se juntos estão os termos anunciados, onde eles se encontram?

Se, por exemplo, à Raffestin a pergunta fosse dirigida, provavelmente nos diria que as relações estão contidas no território, por isso, o conceito pode ser considerado o "local das relações". Isso porque o geógrafo considera o espaço como sustentação material para a produção, que é o território. Eis a sua afirmação: "[o território] é uma produção, a partir do espaço" (RAFFESTIN, 1993, p. 51). O espaço enquanto respaldo material do território lembra em muito a concepção newtoniana de espaço absoluto.

Raffestin insiste na ausência de produção no(do) espaço geográfico assentando a sua crítica ao modo como o espaço é lido pelo método histórico-dialético. De acordo com o geógrafo:

> Para um marxista, o espaço não tem valor de troca, mas somente valor de uso, uma utilidade. O espaço é portanto anterior, preexistente a qualquer ação. O espaço é, de certa forma, "dado"como se fosse uma matéria-prima. Preexistente a qualquer ação. "Local" de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

O autor nega qualquer tipo de aproximação entre o valor-de-uso que os marxistas ao espaço atribuem e a manifestação de um "ator" que se apodera do espaço. Alguns equívocos nos parecem claros: o primeiro diz respeito à associação que o autor faz entre valor-de-uso e a ideia de espaço como utilidade, preservando uma relação entre a ideia de uso e exploração de recursos e a concepção de espaço como "local de possibilidades". O espaço, nesta leitura, não se confunde com a própria concepção de natureza?; o segundo faz menção ao caráter da ação que, para o autor, sucede a qualquer "desejo de utilização" do homem, já que o mesmo diz ser o espaço receptáculo e condição material a qualquer tipo de ação. Toda ação humana surge de um projeto político a partir do uso que o homem faz do meio. Falamos da política como uma das manifestações primeiras do próprio ser social e não de uma institucionalidade ou aquela que se normatiza no Estado (a política não é propriedade do Estado, ela se manifesta também no Estado), de modo geral. A

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

política é uma necessidade dos homens, de modo que suas próprias relações se arrolam no processo constitutivo do uso político do espaço planejado e organizado. O território não é um próximo passo da sociedade, nem pode sê-lo.

Se o território é o resultado da ação e o espaço "substrato receptivo", poder-se-ia dizer que ou o território antecede o espaço ou as ações ligam e desligam o território, a partir de simples processos de territorializações. Ora, o espaço geográfico é uma categoria muito particular que nos permite entender justamente as relações estabelecidas no mundo concreto; o geográfico possui o caráter relacional e é isto que o diferencia do espaço puro. Pelo espaço geográfico, os tempos históricos marcam a cadência da produção da vida, no trabalho, a partir do que é mais íntimo ao homem: o lugar. O espaço só pode ser um "local de possibilidades" quando o mesmo nos apresenta as feições do real operadas nos conceitos. Esta é uma questão muito mais escalar e ontológica do que propriamente epistemológica.

O lugar é o "chão" do cotidiano e das cotidianidades, relacionadas sempre a uma espacialidade específica. As experiências que são vividas empiricamente, captam a concretude do tempo universal tendo sempre como referência o tempo curto. Não é possível concebermos a existência de um território sem, antes, praticarmos ou usarmos nossas experiências no lugar. Milton Santos quando propôs o conceito *espaço banal* pretendeu chamar atenção para este problema. É pelo *espaço banal* que todas as relações se desenvolvem; ele não admite reducionismo dos fenômenos, nem seleciona um em detrimento de outros. Por definição, o *espaço banal* é o "espaço de todas as pessoas, de todas as empresas e de todas as instituições, capaz de ser descrito como um sistema de objetos animado por um sistema de ações" (SANTOS, 2006, p. 191).

Como uma quinta dimensão do espaço banal, o cotidiano conquistou novas dimensões graças a interferências à vida social realizadas pela informação e pela comunicação. Uma das dimensões mais importantes é a espacial. Objetamos, em parte, esta concepção por duas razões: a primeira diz respeito ao protagonismo da informação e da comunicação no movimento do cotidiano e, a segunda, recai na ideia de dimensão espacial como conquista deste mesmo cotidiano.

Informação tem que ver com o grau de intencionalidade técnica da produção; ela possui uma densidade – *densidade informacional* – que, derivada da *densidade técnica*, expressa a dependência que possui com a ação de que agem os homens. Essa densidade "nos indica o grau de exterioridade do lugar e a realização de sua propensão a entrar em relação com outros lugares, privilegiando setores e atores" (SANTOS, 2006, p. 173). É uma informação presente nos objetos que agem através da ação a eles dirigida. A comunicação, por sua vez,

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

também possui uma densidade – *densidade comunicacional* – que diz respeito ao modo como na co-existência e na coabitação o tempo é partilhado no lugar que é comum a todos. Objetos e ações se manifestam aqui e em outros momentos como sistemas particulares que não têm ocorrência pela dissociabilidade. O que nos importa neste debate é o grau de importância que Milton Santos oferece aos conceitos envolvidos.

Informação e comunicação nem sempre foram sistemas complexos e propriedades de um circuito que distribui valores diversos ao longo das escalas em nome da revolução técnico-científica-informacional. Quando se fala de cotidiano, o olhar àquilo que aparece na simplcidade é fundamental. Mas o que é banal não pode ser banalizado, nem complexificado de maneira arbitrária. O que Santos sugere (2006) é atribuir alto valor aos objetos via técnica e ação para entender a informação. Informar, no entanto, é um ato técnico simples que, por vezes, dispensa os próprios objetos. Importa muito mais as formas espaciais do lugar, que é propriamente a arena do cotidiano. Nelas os discursos se materializam e se fixam como um valor ideológico (ainda que de quando em vez velado). Os discursos são informações que transmitem sinais simbólicos ou não-simbólicos. E é a partir da reflexão sobre o movimento relacional que a percepção da informação se projeta como atividade possível (SILVA, 2000).

Silva comunica que "a informação implica, assim, no ato, no gesto, na cor, no ruído, no som como modos de exprimir-se a ideia concreta" (2000, p. 10). O geógrafo nos diz isso levando em consideração que o significado das coisas é a própria intelecção da informação. Esse é o momento do reconhecimento da gênese da informação. A sua produção, tida como possível, encaminha-se à comunicação que tem como efetividade a existência dos outros. E, nesta enunciação acerca da abstração do homem que habita, o que se mostra é o ato em-si, a informação, que desemboca na comunicação (SILVA, 2000). Através da informação, a ideia concreta é contextualizada. Pela comunicação, destarte, a elitrição – projeto neoestético cujo fundamento questiona a fixação do concreto na forma estético-estática (ou estilística e sem movimento), dirigindo-se a um conteúdo que não se vê, mas que se compreende pelo código científico – se projeta no conhecer, porque se abstrai para decodificar uma nova ideia a partir do retorno da indeterminação, agora sobredeterminada. Comunicar é dar sequência a um processo de manifestação da existência; informar e comunicar são processos que na forma encontram abertura a uma sobredeterminação das relações espaciais.

Se a informação não se apresenta como trabalho vivo e se a tarefa de comunicá-la é ultrapassar o simples ver e "implica em modificar o significante e o significado" (SILVA, 2000, p. 10), o que se coloca como determinante é o trabalho. Por ele, a busca pelo novo

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

inaugura uma sobredeterminação a partir da duração do espaço como forma. Sobre isso, Milton Santos expressa que...

> O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas (SANTOS, 1986a, p. 138).

O movimento acima exposto pode ser traduzido como a ocorrência do tempo espacial na estrutura do espaço, porque ele transmite às formas espaciais as intencionalidades do ser social e das ações. Ele espacializa o valor do movimento. A cada trabalho vivo novos significados são criados e, quando preservados, juntam-se à memória dos esforços das ações na forma. Isto é o que ocorre quando o espaço é tido como forma. Resta-nos, agora, entender como tudo isso se manifesta quando o espaço é (por sua) estrutura. Mas, antes, atentemo-nos à segunda objeção: o cotidiano não conquistou a dimensão espacial com as interferências da informação e da comunicação, não em relação ao movimento relativo entre lugares distintos e entre escalas diversas. A dimensão espacial é a própria dimensão da existência da vida social que, sem a informação e a comunicação, não conheceria a sua própria constituição: a sociabilidade entre os diferentes. Os homens não passariam de seres orgânicos. Não há interferências de fora, mas, sim, cooperação no interior de uma estrutura, a do espaço.

ESPAÇO E ESTRUTURA: AS SOBREDETERMINAÇÕES DO BINÔMIO TOTALIDADE-TOTALIZAÇÃO

De modo geral, a estrutura é a categoria responsável por filtrar as relações e, nesse sentido, ela se apresenta ou é representada pelas mesmas relações que costuram a fundamentação das formas espaciais por intermédio dos processos e das funções. Advém, daí, qualidades funcionais e sistêmicas do espaço que merecem, neste momento, um pouco de atenção.

Pelas qualidades funcionais, o espaço é mais por sua estrutura, porque existe na medida em que é reflexo da sociedade global. O sentido de globalidade é a dinâmica que nutre as relações entre o global e diferentes territorializações. O espaço, daí, poderia ser considerado como um fato social. Já pelas qualidades sistêmicas, o espaço ganha força para condicionar outras estruturas sociais (SANTOS, 1986a). Mas, vale dizer, nenhuma dessas qualidades sobrevive sem a manifestação da existência espacial da realidade que possui ocorrência no lugar. Através das primeiras qualidades, o espaço se torna um fato, isto é, existe materialmente. A face subordinante do espaço vem deste princípio.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

A estrutura espacial é, a um só tempo, subordinada e subordinante. Por definição, ela é o resultado do metabolismo homem-meio (ou sociedade-natureza, em Marx) e, além disso, da organização de suas formas pelo homem. Diz-se que essa estrutura é subordinada quando ligada à lei da totalidade como estrutura e que a mesma é subordinante a partir de leis particulares saídas de sua evolução. O espaço, então, é fato social porque não é apenas o reflexo do modo de produção vigente; ele possui memória e é através dela que o espaço apreende os modos de produção do presente passado. As *rugosidades* são a memória adquirida, testemunhas de evolução da estrutura do espaço (SANTOS, 1986a).

Há algo no espaço que se fixa ao longo dos tempos e algo que se move, tudo isso componentes de uma estrutura aberta para evoluções, transformações atentos aos processos do conjunto da totalidade, daí a estrutura espacial ser subordinada à totalidade. Há também um princípio dinâmico ou prático (como proferira Sartre) dessa estrutura que se organiza pelas formas ou, de modo mais adequado, a partir das ações que nelas atuam. Santos (1986a) o denominou *inércia dinâmica*, cujo funcionamento depende do laço íntimo entre formas e processos, qual seja, aquele que oferece às formas uma característica dupla: a de ser resultado dos e condição para os processos.

As formas como resultado manifestam a historicização do espaço ao apresentarem as marcas dos tempos desiguais do passado que foram fixadas em sua estrutura. A partir da aquisição da historicidade pela forma, o espaço deixa de ser vazio e composto pelo "vácuo histórico" para ser mediado pela construção sociocultural, e "é desse modo que o espaço testemunha a realização da história, sendo, a um só corpo, passado, presente e futuro" (SANTOS, 2006, p. 102). Nesse sentido, as formas simbólicas espaciais são a abertura da espacialidade, quando construídas a partir dos fixos e dos fluxos ou, ainda, das *localizações* e *itinerários* (CORREA, 2007).

Por outro lado, a forma como condição à atividade humana é a exigência da estrutura do espaço feita à sociabilidade do ser social de organização e reprodução, daí podermos falar de estratégias por *ajustes espaciais* para a convivência ou, como lembra Harvey (2005), para reorganizar a expansão geográfica do capital e do trabalho excedente.

As estruturas espaciais têm o seu correspondente direto na totalidade. Estrutura e totalidade não se dissociam. Comunica-nos Santos que "a noção de totalidade é inseparável da noção de estrutura, sem o que estaremos trabalhando com uma totalidade cega e confusa" (1986a, p. 177). Essa correspondência entre estrutura e totalidade é vista tanto entre estrutura e totalidade sociais quanto entre estrutura e totalidade espaciais. A totalidade espacial, em específico, é uma subestrutura e uma das estruturas da sociedade, isso autoriza-

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

nos a dizer que a estrutura espacial, apesar de abarcar formas subordinantes, possui uma relativa autonomia em relação à totalidade. É uma estrutura passiva, como aponta Santos (1986a). Essa não é uma peculiaridade da estrutura espacial, pois este fenômeno também ocorre com outras estruturas sociais.

É por essa totalidade espacial que se pode falar do lugar. A categoria não é um correlato direto das escalas geográficas, mas delas se apropria para mover-se ao movimento de totalização. O que a totalização deixa para trás são as memórias de outras totalizações, não abandonando-as, mas partindo de sua produção para garantir a possibilidade do futuro. É fundamental também os novos modos de produção realizados pelo trabalho vivo que, conforme ressalta Silva (2000), já implica motivação, isto é, busca por aquilo que na materialidade ainda não se revelou.

O valor, assim, é oferecido pela totalidade a partir de sua própria superação por intermédio da totalização. O lugar participa destes momentos, e como *área funcional*, ou seja, dependente dos processos (SANTOS, 1986a). Se os processos acumulam histórias no espaço, mudam, além das ações e dos homens, o percurso da própria praticidade do ser social no meio. E muda no sentido de rever cotidianamente suas necessidades ou suas determinações (SILVA, 2000).

PARA (NÃO) CONCLUIR: O VALOR COMO PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES E O LUGAR COMO MEDIAÇÃO CONCRETA ENTRE AÇÃO E FORMA

Grosso modo, quando nos voltamos aos processos de constituição da materialidade sublinhamos os fundamentos do conteúdo das formas espaciais, considerando essas últimas não como elementos de um continente vazio a ser preenchido por historicidades via ação do ser social, mas como conteúdo resultante da espacialidade do valor do trabalho vivo. O que qualifica as formas são os processos sociais, as relações que no lugar ganham autonomia. As ações são o conteúdo das formas e estas são, por sua vez, os conteúdos do valor qualitativo do geográfico do espaço; elas não são sistemas do espaço e nem elementos definidores da categoria, como colocara Santos (2006), mas produção de valor e sentido ontológico da vida social particularizada. O espaço não é ação, não a produz e nem qualifica a conduta valorativa e ideológica da sociedade.

As historicidades do espaço são fenômenos localizados e espacialmente organizados, enquanto que o espaço é o resultado da produção das histórias particulares e não um organismo vivo, objeto fetichizado que determina a vida cotidiana como sujeito participante da sociedade. O que qualifica geograficamente o espaço são as relações sociais. Elas não podem ser simplesmente relações espaciais por ocorrerem no espaço materialmente

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

existente, ao contrário, podem sê-lo no momento em que inscrevem politicamente sua existência contraditória de distintas maneiras por relações que se materializam nas formas. Milton Santos nos diz que "estas formas podem ou não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na realidade, sem as formas, a sociedade, através das funções e dos processos, não se realizaria" (SANTOS, 1986b, p. 5). Santos ainda comunica que...

> Como as formas geográficas contém frações do social, não são somente formas, senão formas-conteúdo. Por isso, estão sempre mudando de significado, na medida em que o movimento social os atribui, em cada momento, frações diferentes do todo social. Pode dizer-se que a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada, e que o conteúdo adquire uma nova dimensão ao combinar-se na forma. A ação, que é inerente à função, está em harmonia com a forma que a contém: assim, os processos só adquirem plena significação quando se materializam (1986b, p. 6).

A vida social é um conjunto extenso de particularidades e significações variadas. Cada sujeito pela alteridade produz o seu espaço, mas não num sentido relativista nem absoluto (como produção material de um espaço-suporte aos fenômenos). O espaço geográfico é o produto da sociabilidade entre diferentes e desiguais. A matéria antecedente não é o congelamento de histórias passadas na paisagem, mas o substrato físico e originário da superfície terrestre. A matéria não produz a materialidade. Antes o contrário. Quem a concebe são os modos de produção do valor no lugar através das formas via ação do ser social. A materialidade responde às ações da praticidade e não a uma mecânica geral da natureza; ela nasce do processo de materialização e não do fato de ser simplesmente matéria.

Por isso, diz-se que o espaço como fato (SANTOS, 1986a) ou o espaço absoluto (HARVEY, 1980) são, ambas, leituras de um mesmo princípio: o da matéria como pré-condição de toda manifestação de existência. É esta a mesma fundamentação da superfície terrestre: a de ser, ao mesmo tempo, um espaço (newtoniano) material e um espaço banal. O espaço (físico e sem relações), nesse sentido, não possui nada além de suas características físicas, que são: "extensão, inércia e capacidade de suporte para fenômenos e processos" (MORAES, 2014, p. 24). O espaço banal, em específico, oferece condições de qualificação, a partir do uso social que dele é feito, e de re-qualificação, quando esse mesmo uso é modificado (idem). O uso social imputa sentido aos objetos e ações e produz, ainda, os significados que mediam a sociabilidade. O sociólogo José de Souza Martins registra justamente essa sentença, ao dizer que "não há apenas negociação e interpretação de significados, mas também critérios para seu uso" (MARTINS, 2010, p. 55).

Negociação diz respeito ao consenso ético-político que se compõe a partir da sociabilidade pelo lugar, posto que não há relações sociais sem "significado compartilhado"

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

(MARTINS, 2010). enquanto que a interpretação é tida como apropriação/uso/produção social do espaço. Essas são duas condições básicas e essenciais de arrumação interativa entre a sociedade e a superfície terrestre ou, se já considerarmos as relações sociais, o espaço geográfico. Os critérios para o uso de significados são ontológicos, porque, antes, sociais e políticos. A concreção do valor na forma, a partir do que foi exposto, pode se apresentar de duas maneiras que não se anulam, mas se estabelecem pela complementaridade. A primeira advém do trabalho e a segunda pelo modo particular de apropriação e uso do lugar.

O trabalho pode ser rapidamente definido como o "ato teleológico de incorporação e criação de valor" (MORAES, 2014, p. 27), isso quer dizer que, quando o ser social desempenha alguma atividade, fabrica também significado para as coisas; produz uma leitura de mundo a partir de sua prática no lugar. A produção do valor se presentifica na busca pelo reconhecimento de si-mesmo e do outro-diverso na vida cotidiana como "refúgio", conforme salienta Martins (2010). Isso porque a cotidianidade nos permite romper com arranjos espaciais estabelecidos anteriormente a novos desígnios, novas necessidades que só "ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana" (MARTINS, 2010, p. 57). Ainda de acordo com o sociológo...

> A vida cotidiana se instaura quando as pessoas são levadas a agir, a repetir gestos e atos numa rotina de procedimentos que não lhes pertence nem está sob seu domínio. A vida cotidiana começa a nascer quando as ações e relações sociais já não se relacionam com a necessidade e a possibilidade de compreendê-las e de explicá-las, ainda que por meios místicos ou religiosos; quando o resultado do que se faz não é necessaruamente produto do que se quer ou do que se pensa ter feito (MARTINS, 2010, p. 71).

O que rapidamente nos aparece diante da passagem acima é a total ou parcial perda de referência ou, ainda, a perda de valor contido no sentido de lugaridade para o homem. O meu lugar passa a ser o lugar do outro e a desigualdade o novo sentido ideológico para expressar a diferença. O simples trânsito do homem no espaço não o faz, de uma forma universal, ser espacial ou territorializado. O lugar, além de ser operado pelas experiências, é movido pelo trabalho ainda não realizado e cadenciado por ações entre a sociedade e as formas espaciais e ações que materialmente ainda não foram projetadas. Esse devir das formas possui uma materialidade marcada por relações. Por isso, afirmamos: interessa muito mais, para se compreender a estrutura do espaço, a materialidade como conteúdo concreto das relações sociais do que o espaço de que fala Raffestin (1993) – que por nós já fora mencionado –, aquele independente dos sujeitos de suas relações.

Poder-se-ia dizer, com base no que foi trabalhado, que, num mesmo raio de convivência, coexistem a quantidade e a qualidade de valor. A primeira se materializa nas formas pelo uso e apropriação; é o trabalho morto cumulativo, aquilo que Santos (2006)

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

chamou de *rugosidade*. A segunda é consequência da primeira, porque "o valor fixado pelo trabalho vai se tornando uma qualidade dos lugares (...)" (MORAES, 2014, p. 30). Mas não há como conceber qualidade de valor dos lugares sem investirmos numa análise acerca da vida cotidiana e dos seus sujeitos, que se tornam o que são pela coletividade, mas também pela individualidade. Valor, então, é o processo de produção da vida muito antes de ser produção das formas. Dito de outro modo, o valor é aquilo que qualifica as relações da vida, aquilo que materialmente produz o espaço geográfico. Antes de ser qualidade dos lugares, o valor é qualidade do ser social. De forma bastante precisa, Lukács nos convida a conhecer o significado de qualidade. Tomemos nota:

> [Qualidade] designa a possibilidade de um determinado modo de reação à efetividade, que está presente de modo relativamente duradouro em objetos, complexos, processos etc., capaz de exercer uma determinada influência sobre sua constância ou o seu tornar-se diferente. Ela expressa, portanto, uma determinada forma da possibilidade (2012, p. 172).

A efetividade das "coisas" não pode ser medida por ela mesma ou por uma invariável e absoluta associação historicamente não definida embora determinada. Torna-se efetivo aquilo que toca à ausência de identificação simbólica ou, mais adequadamente, à falta de sentido ideológico na rotina da vida cotidiana, marcada tanto pela temporalidade (o tempo lento ou curto do ser social sendo definido pelo tempo do mercado, da aceleração dos objetos técnicos à mão e da própria dinâmica da vida global que, de forma reticular, reorganiza ou busca reorganizar enquadrando os ritmos diversos ligados aos compassos da lugaridade) quanto pela espacialidade (o modo de estar-aí participando coletivamente dos processos diários de reconhecimento de si-mesmo através do outro e das formas nos lugares).

Como correlato de "vazio" ou "falta", a ausência anuncia historicamente a sua antitese, numa arrumação contraditória capaz de resolver-se ou envolver-se com a própria síntese: a ação ou o trabalho teleologicamente assentado na efetivação construída sob os acúmulos da necessidade. A presença, assim, é ou pode ser entendida como a superação de necessidades e produção de novas ausências. A efetividade pode aparecer como um desafio à necessidade (por possuir codificações alheias ao percebimento dos homens que a percebem) e não propriamente como concreção do processo de produção de novas condições materiais e imateriais de existência e de novos significados. Assim, podemos dizer que se "nem tudo que é efetivo também é necessário" (LUKÁCS, 2012, p. 176), nem tudo que é necessário é efetivamente produzido.

A vida social como produção viva da História é uma estrutura sempre aberta a transformações e desafios que colocam as marchas políticas em contínuo movimento de redescoberta e os homens e mulheres a pensarem no sentido de sua existência e nos

Revista da Anpege
ISSN 1679-768X

rumos que elas tomam a partir das necessidades concretas que, ao longo do tempo, vão sendo apresentadas. Necessidade é a ausência de si no mundo; é o que está encoberto pela impotência de agir diante de uma ordem estabelecida, às vezes compartilhada, mas comandada pelos sujeitos que decidem as regras das relações de dominância. Mas ela pode e deve ser, sobretudo, o ponto de partida da ação que pratica dialeticamente as relações no lugar e concede aos seus sujeitos possibilidades de construção do futuro. A necessidade pode, então, efetivar-se para tornar o ser social sujeito de sua própria vida e consciente dos desafios e possibilidades do seu tempo e de sua morada.

REFERÊNCIAS

1. CORREA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. Niterói: **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 7-18, 2007.
2. HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
3. _____. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
4. HEIDEGGER, M. *Ser e* **Tempo. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.**
5. _____. **Construir, habitar e pensar**, 1954. *In:* http://www.prourb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir,%20habitar,%20pensar.pdf. Acesso em abril de 2015.
6. KANT, I. Sobre o primeiro fundamento da distinção de direções no espaço (1768). *GEOgraphia*, ano 8, n. 15, p. 2006.
7. KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
8. LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social** *I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
9. MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2ª ed. rev. e ampl., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.
10. MORAES, A.C.R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.
11. MOREIRA, R. O mal-estar espacial no fim do século XX. In: MOREIRA, R. **Pensar e Ser em Geografia.** São Paulo: Contexto, 2010, p. 133-159.
12. _____. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo**. Etc, espaço, tempo e crítica**, n. 1 (3), v. 1, p. 55-70, 2007.
13. ORTEGA Y GASSET, J. **Meditação da técnica**. Lisboa: Sociedade Unipessoal, 2009.
14. RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
15. SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

Revista da Anpege ISSN 1679-768X

16. _____. **Espacio y Metodo. Geocrítica**, ano XII, n. 65, 1986b.

17. _____. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986a.

18. SILVA, A. C. **A aparência, o Ser e a Forma**: Geografia e Método. *GEOgraphia*, ano II, n. 3, p. 7-25, 2000.

Artigo recebido em 20 de fevereiro de 2016.
Artigo aceito em 18 de junho de 2016.